

O Globo, 01 de setembro de 2020

PIB cai 9,7% no 2º trimestre, maior retração da História do país

Medidas de distanciamento social para conter a propagação da Covid-19 colocam o país oficialmente em recessão, com pior resultado da série histórica do IBGE

Por: Pedro Capetti e Ivan Martínez-Vargas

O segundo trimestre de 2020 ficará marcado na História como o período em que mais de 59 mil brasileiros morreram por Covid-19 e a economia foi atropelada pela pandemia, selando um desastre econômico e social sem precedentes.

Dados divulgados pelo IBGE nesta terça-feira indicam que a atividade econômica brasileira, o PIB, encolheu 9,7% entre abril e junho, na comparação com o primeiro trimestre deste ano.

Foi o pior resultado da História do país. Até então, a maior queda havia sido registrada no quarto trimestre de 2008, quando o mundo enfrentava a crise financeira das hipotecas (subprime) nos Estados Unidos. Com a retração, o país retrocede ao mesmo patamar de PIB registrado no segundo semestre de 2009, ou seja, há 11 anos.

Economistas ouvidos pela Reuters esperavam uma queda (mediana das projeções) de - 9,4% para o período. Na comparação com o mesmo período do ano passado, a retração foi de 11,4%, também a maior da série.

Recessão técnica

Os dados jogam o país novamente em uma recessão técnica, o que significa dois trimestres seguidos de queda da atividade, situação que a economia brasileira não vivia desde o fim de 2016. Entre janeiro e março, a atividade já tinha caído 2,5%, dado revisado nesta terça pelo IBGE. Já são dez períodos assim desde o início dos anos 1980.

Nos últimos anos, a economia brasileira vem sobrepondo crises. O país hoje está 15,1% abaixo do pico de atividade econômica, registrado no primeiro trimestre em 2014. Desde a recessão de 2015 e 2016, o país nunca esteve tão longe do auge.

A necessidade de distanciamento social fez com que o fechamento de empresas se repetisse em todos os segmentos, num trimestre de recordes. Foram mais de 8,9 milhões de brasileiros perdendo o emprego, mais de 40% dos domicílios recebendo ajuda do governo para sustentar a renda e milhões buscando crédito e adentrando programas para não se endividar. Mais de 700 mil empresas fecharam as portas em poucos meses, num movimento sem precedentes.

O resultado foi influenciado principalmente pelos dados de abril, mês no qual as medidas de restrição social foram mais severas. Nos meses seguintes, dados do IBGE indicavam uma melhora, mas até agora a atividade econômica segue abaixo do normal.

A retração da economia resulta das quedas históricas de 12,3% na indústria e de 9,7% nos serviços, segmento que representa 75% da economia. Somados, indústria e serviços representam 95% do PIB nacional. Ambas as retrações foram as maiores registradas em 25 anos, início da série histórica do IBGE.

Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro, da Fundação Getúlio Vargas, diz que os serviços serão a variável mais determinante da recuperação da economia daqui para frente. Tanto os privados, quanto os públicos.

— Ainda não houve normalização do mercado de trabalho. Os serviços em geral, que são intensivos em trabalho, como transporte que emprega muita gente, ainda não deslancharam. Uma característica da retomada é ser poupadora de trabalho. O problema é como as pessoas vão conseguir gerar renda sem os serviços funcionando plenamente.

Especialistas afirmam que a queda da economia só não foi maior por conta dos efeitos do auxílio emergencial na renda das famílias. A injeção de R\$ 180 bilhões na mão de mais de 60 milhões de brasileiros nos três fez com que a roda da economia não parasse por completo, diminuindo o tamanho do baque.

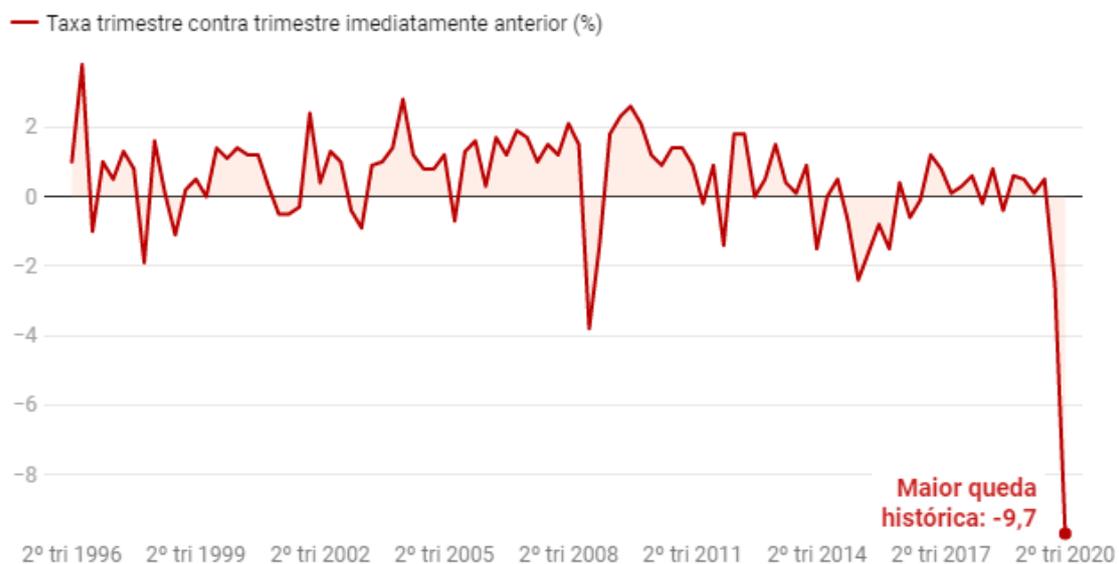
Cálculos do economista Sérgio Vale, da MB Associados, apontam que a queda do PIB frente ao mesmo período de 2019, sem o auxílio, teria sido de 18,4%, e não os 11,7% captados pelo IBGE.

Para Thiago Xavier, da Tendências, o auxílio mitigou os impactos da retração em setores como o da construção civil, que teriam recuo ainda maior sem o programa social.

— A venda de materiais de construção caiu menos que o esperado, em especial na região Nordeste, onde há mais beneficiados pelo auxílio. Isso sugere que uma parte dessa renda emergencial beneficiou o setor — afirma.

Pelo lado da demanda, no entanto, a o consumo das famílias — que representa 65% do PIB— apresentou a maior queda (-12,5%). Foi a maior retração do indicador em 25 anos.

Taxa de variação do índice de volume trimestral do PIB



Fonte: IBGE - Contas Nacionais Trimestrais • Criado com [Datawrapper](#)

— O consumo das famílias não caiu mais porque tivemos programas de apoio financeiro do governo. Isso injetou liquidez na economia. Também houve um crescimento do crédito voltado às pessoas físicas, que compensou um pouco os efeitos negativos — explica Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE.

Para José Ronaldo de Castro Souza Júnior, diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea, o pacote do governo federal para atenuar a crise, o equivalente a 11,5% do PIB, reduziu o tamanho das perdas. Brasil

ocupa 22ª posição em desempenho da economia em lista de 44 países no segundo semestre.

— Poderíamos ter tido um cenário bem pior, olhando para outros países. Tivemos uma perda de população ocupada significativa, o que prejudica a retomada, ainda há o cenário de maior incerteza, mas isso tem sido compensado pelo auxílio.

O governo anunciou nesta terça-feira que o auxílio será mantido até dezembro, com parcelas mensais de R\$ 300 em vez dos atuais R\$ 600.

— Se fosse tirado de uma vez poderia causar um distúrbio. O auxílio está suavizando a redução (da queda da economia), à medida que a economia e o mercado de trabalho se recuperam. É uma transição que vai ajudar o nível de atividade — ressalta Junior, do Ipea.

José Ricardo Roriz Coelho, vice-presidente da Fiesp e presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico, a injeção de recursos públicos foi importante, mas não pode ser uma política permanente.

— A recessão poderia ter sido pior sem esses R\$ 253 bilhões em política emergencial, mas é um resultado artificial. Essa injeção de dinheiro público não tem como ser perpetuada. Agora vem um momento crítico. As empresas estão endividadas a juros altos, a dívida pública é elevada e temos muitos desempregados.

Para Francisco Eduardo Pires de Souza, professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Grupo de Conjuntura, o governo está numa encruzilhada. Apesar do pacote emergencial do governo ter amortecido a queda da economia, os gastos elevados colocam em risco o equilíbrio fiscal do país.

— De um lado, foi fundamental. O Brasil gastou muito na comparação internacional, isso foi importante para dar sustentação para economia e para as pessoas. Mas esses estímulos por mais tempo que o necessário podem gerar uma dívida pública ainda maior e um problema fiscal no futuro — lembra.

André Rebelo, assessor para assuntos estratégicos da Fiesp, diz que o auxílio foi crucial, mas defende que o governo precisa adotar uma estratégia para lidar com o déficit público.

— Vai ter mais gente desempregada, tem pressão maior por gasto público, mas teremos um PIB menor em 2021. É preciso normalizar a questão das finanças públicas, e está em aberto a estratégia do governo. A reforma administrativa é importantíssima, ajuda a conter a expansão dos gastos no longo prazo, mas não vai resolver o orçamento do ano que vem.

Para Xavier, a massa do rendimento das famílias deve cair mesmo com a manutenção do benefício.

— Essa redução de valor não vai ser rapidamente compensada por uma geração de empregos. O resultado tende a ser um consumo ainda fraco nos próximos meses. O medo da pandemia também pesa nesse componente. As famílias menos afetadas pela crise pouparam dinheiro, o que gerou agora uma poupança em parte forçada. A despoupança deve vir só no quarto trimestre.

A taxa de poupança, que era de 13,7% no segundo trimestre de 2019, passou a 15,5% no mesmo período deste ano.

— Parte da renda não foi consumida. A renda do brasileiro caiu e o consumo também, só que de maneira mais acentuada. As pessoas, mesmo com menos renda, diante da incerteza da pandemia, reduziram o consumo ao mínimo — afirma Fernando Ribeiro Leite, do Insper.

Os investimentos (Formação Bruta de Capital Fixo) também recuaram 15,4%, por conta da queda na construção e na produção interna de bens de capital. Somente a exportação de bens de capital cresceu no período, favorecido pela agropecuária, cujo crescimento foi de 0,4%. O preço das commodities no mercado internacional e a desvalorização do câmbio influenciaram.

Economistas ainda não enxergam a possibilidade de retomada rápida do baque econômico, ao contrário do ministro da Economia, Paulo Guedes. Além da dependência do setor de serviços, que será o último a se recuperar, há ainda o desemprego elevado e curva epidemiológica estacionada em um platô, com uma média de mil mortes por dia há quase três meses.

Dados preliminares mostram uma pequena melhora na comparação mensal, ainda distante de alcançar o mesmo nível de produção da crise. A alta no terceiro trimestre é dada como certa, diante de uma base de comparação

reprimida. No entanto, deve consolidar a visão de que a economia brasileira terá a maior a maior queda em mais de 120 anos.

— A pandemia afeta a questão da confiança, mas o mercado de trabalho terá um peso a partir de 2021 — ressalta Vítor Vidal, economista da XP Investimentos — Se pensar em bases interanuais, a recuperação vai ser gradual. A questão é o ritmo, de acender a faísca.

O Boletim Focus do Banco Central, que reúne expectativas de mais de cem analistas de mercado, indica uma gradual melhora das expectativas. Nas últimas oito semanas, as projeções saíram de uma queda de -6,5% para -5,23%.

Adaptações no cálculo

Segundo o IBGE, foi necessário fazer algumas adaptações no cálculo do PIB para compreender as mudanças na sociedade por conta da pandemia e também os estabelecimentos fechados. Isso explica, em partes, a queda no consumo do governo de 8,8%, enquanto estimativas do mercado previam estabilidade.

— Isso não configura uma mudança metodológica. Foi um tratamento específico para o período — ressalta Rebeca. — No mundo todo foi feito a mesma coisa.

O IBGE desconsiderou os dados de produção de atividades que não tiveram o serviço prestado na administração pública, o que acentuou a retração do consumo do governo. É o caso, por exemplo, de museus, escolas públicas que não tiveram aulas on-line. Mesmo na área da saúde, houve retração.

— Na parte de saúde, houve queda bastante significativa porque, apesar de ter tido alta grande em todos os tratamentos que envolvem a Covid, toda a parte de cirurgias eletivas, atendimentos ambulatoriais e consultas tiveram recuo — diz Rebeca.

Link original: <https://oglobo.globo.com/economia/pib-cai-97-no-2-trimestre-maior-retracao-da-historia-do-pais-24616037>